

FEMINISMO MARXISTA SOCIALISTA EM DEBATE: Desfazendo gênero pela autocrítica e construindo unidades anticapitalistas

Alana Andreia Pereira

Doutoranda do Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da PUCSP.

Bolsista CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

alana.aap@gmail.com

Simpósio Temático n° 35 – "RELAÇÕES DE EXPLORAÇÃO/OPRESSÃO DE GÊNERO, FEMINISMOS, RAÇA/ETNIA, SEXUALIDADES."

RESUMO

Este artigo discute a condição da trabalhadora não-negra e da trabalhadora negra no Brasil e o feminismo marxista socialista, fazendo a devida autocrítica, desfazendo gênero e construindo unidade. Discute a barbárie instaurada pela ascensão do ultraconservadorismo no Brasil; ampliando o debate da superexploração das mulheres trabalhadoras negras e não-negras que, interpela o feminismo marxista socialista por sua urgência de pauta. Infiro desta feita pela não hierarquização entre as opressões como expressões ideológicas e a exploração pelo trabalho alienado da classe trabalhadora em sua heterogeneidade, embora reconheça, assim como Thiti Bhattacharya que é possível e necessário lutar no âmbito da reprodução social, não é possível vencer o capital por fora da luta em unidade com a esfera produtiva. A prioridade, portanto, para essa quadra histórica é construir a unidade reconhecendo a classe trabalhadora em sua heterogeneidade como sujeito revolucionário contra o sociometabolismo capitalista racializado, hetero e cis normativo, sexista, machista, lgbtqia+fóbico e com preconceito intergeracional, e mais, intergeracionalmente fóbico.

Palavras-chave: Feminismo marxista socialista, Exploração, Opressão, Autocrítica, Trabalhadora negra e não negra.

ABSTRAT

This article discusses the condition of the non-black and black woman worker in Brazil and the socialist marxist feminism, making the due autocritics, undoing gender and building unity. Discusses the barbarism created by the rise of ultra-conservatism in Brazil; expanding the debate on the overexploitation of black and non-black working women, which challenges socialist marxist feminism because of its urgent need for the agenda. I infer this time because of the non-hierarchization between oppressions as ideological expressions and the exploitation of alienated labor from the working class in its heterogeneity, although I recognize, as well as Thiti Bhattacharya that it is possible and necessary to fight within the scope of social reproduction, it is not possible to defeat capital outside the struggle in unity with the productive sphere. The priority, therefore, for this historic square is to build unity recognizing the working class in its heterogeneity as a revolutionary subject against racialized, hetero and cis normative, sexist, machism, LGBTQia+phobic and intergenerational prejudiced capitalist sociometabolism, and more, intergenerationally phobic.

Keywords: Socialist Marxist Feminism, Exploitation, Oppression, Autocritics, Black and non-black woman worker.

INTRODUÇÃO

As opressões não são sistemas distintos, ou estruturas, podem até ser reduzidas ao entendimento de um único sistema, embora o sociometabolismo capitalista de Mészáros (2011) me pareça fornecer uma síntese mais coerente. As relações sociais reificadas criam e se retroalimentam cotidianamente na forma de ideologias – portanto, burguesas que, no sentido marxiano encontram na crítica marxiana sua antípoda -, ideias produzidas a partir da falsa consciência do real que, se tornam ideologias ao transformarem a realidade a sua maneira e se voltarem contra a humanidade de forma fantasmagórica (MARX, ENGELS, 2009).

O que me leva a explicar que, para os fins analíticos aqui pretendidos, utilizo a ideologia marxiana invés do termo na forma ampliada por Lukács (2013) – não que exclua seu uso e utilidade analítica -, mas, por considerar que no interior dos coletivos e movimentos sociais o conceito Lukácsiano fragiliza a disputa contra as perspectivas social-democratas anticapitalistas, como também contra posturas muito mais limitadas ao antineoliberalismo e menos inclinadas a transcender o capitalismo. Tais perspectivas podem realizar leituras a partir de consciências verdadeiras da realidade, contudo, caem no conto da conciliação, do menos pior em *prol* de migalhas ou condições menos aviltantes, o que os leva a corroborar com respostas que não ultrapassam o reformismo, portanto, partem de consciência verdadeira e geram ideologia falsa.

O problema é que no movimento da história está comprovado que toda e qualquer conquista neste sociometabolismo é transitória e tende a ser perdida pela classe trabalhadora quando desorganizada frente a classe dominante, que não mede esforços para garantir tal desarticulação. Contudo, é no sociometabolismo do capital que se amplia, por exemplo, a ideia de igualdade concreta entre indivíduos sendo respeitadas as suas diferenças, pelo menos no plano político, abstrato das ideias.

A ortodoxia, vulgarmente criticada, na verdade, está no método em Marx. O estudo marxiano da realidade se coloca três tarefas centrais: o uso do método analítico, buscando por mediações entre pressupostos materialistas em um movimento dialético; a crítica da economia política, crítica ao sociometabolismo capitalista e suas expressões; e, a orientação a uma teoria revolucionária, reconhecendo que Marx não errou em acreditar que o sujeito revolucionário de sua época era o proletariado e, portanto, que a tarefa revolucionária continua sendo da classe trabalhadora.

Neste último ponto é que se encontra uma das grandes polêmicas para o método em Marx, pois, alguns marxistas não explicitam um sujeito revolucionário, outros defendem teorias anticapitalistas, como do “comum”, do “bem viver”, do ecossocialismo, outros ainda falam de um “Estado social”, por meio da ampliação dos direitos e políticas sociais, como também por uma suposta conquista da essência deste ente; existem também aqueles que falam em um socialismo de Estado, defendendo em grande parte a experiência do “socialismo real existente” na fase de comando de Josef Stalin; em outra vertente, na qual me insiro, se pensa a revolução no plano internacional como forma de superação da exploração de classe, o que pode abrir possibilidade concreta para superação das formas opressivas que essa sociedade conhece.

Com isso, não estou dizendo que as opressões só serão superadas depois da emancipação humana e, por isso a questão de classe vem primeiro, muito pelo contrário, acredito que o debate das opressões e as lutas por sua superação, superando a ideologia imposta a partir da realidade falseada, seja pauta para ontem e que deva ser discutida e reivindicada nos espaços como sindicatos, movimentos sociais, etc. O que não é plausível admitir é a limitação dos debates ao reformismo, ou ilusões de que o sociometabolismo do capital possa ser mais humanizado, como a unidade solidária em oposição ao neoliberalismo vem reivindicando.

É possível superar o neoliberalismo, assim como é possível dirimir e reposicionar ideologias e algumas formas de opressões, mas não é possível superar o capital sem a luta organizada na paralisação da produção, tomada dos meios de produção, do Estado capitalista e sua imediata supressão pelo Estado socialista, com uma produção social organizada a partir da livre associação dos trabalhadores, com a reprodução social organizada a partir de instituições públicas que permitam a socialização dos custos e cuidados com as crianças, a retirada de todas as formas de politização do útero e do sexo da mulher, educação econômica, política, social, sexual e cultural com vistas a atingir a emancipação humana.

Em Marx a revolução só pode se dar sob condições objetivas e subjetivas para um projeto revolucionário, contudo, em nenhum momento o autor admite recuos ou o uso de estratégias de conciliação de classes, o que se admite são conquistas progressistas no interior da luta de classes, por consequência ser marxista implica tanto na defesa da teoria social revolucionária sem melindres, com um sujeito revolucionário bem definido, que seria a classe trabalhadora assalariada, ou conforme Antunes (2009) a classe que vive do trabalho, cabendo unidade com aqueles que defendem que o sujeito revolucionário é o operariado, o trabalhador/a fabril, ou ainda as/os trabalhadoras/es produtivos, ou seja, conforme Marx nos Grundrisse ou Manuscritos de 1857-1858 (MARX, 2011), aqueles indivíduos organizados como classe

trabalhadora, em unidade com *todes* trabalhadores produtivos ou improdutivos, também aqueles organizados por interesses de classe comuns, por possuírem interesses comuns.

Nesse sentido, resgato defesas de Mirla Cisne em 2014, acreditando que a autora não se equivocou ao tentar atrelar as relações sociais ao debate que coloque a questão de classe não como prioridade, nem hierarquicamente como superior, mas sim, como central pela possibilidade concreta de unificar as pautas comuns a classe trabalhadora de conjunto, ou seja, reconhecer as pautas e lutar por elas considerando a heterogeneidade da classe trabalhadora. No limite, trata-se de uma prioridade ontológica.

A referida autora, contudo, buscou a fundamentação teórica necessária para essa sua síntese brilhante em uma vertente que não corresponde às aspirações implícitas nessa defesa. Acredito que tal fundamentação tenha sua gênese na obra de Engels (2010), pois ainda que possa ser alvo de diversas críticas, é nesse texto que o autor vai evidenciar que a opressão tem história e não é natural, como também não é transhistórica.

Marx contribuiu (2010) ao analisar que a opressão da mulher está no bojo do poder de dispor da força de trabalho alheia, ainda que no trabalho reprodutivo a princípio, no âmbito doméstico gere apenas valor de uso.

Na crítica a Edgar Düring, no livro *Anti-düring*, Engels (2016) defendeu que não era preciso apenas uma associação de homens livres, mas também a transformação do trabalho doméstico privado em indústria pública. Atualizando a proposta, partindo também da experiência do “socialismo real existente”, logo no primeiro período, sob a liderança de Lênin (GOLDMAN, 2014), não se trata de uma associação de *sujeitos* livres, mas da transformação também do trabalho de reprodução social organizado publicamente a partir de sua socialização entre a comunidade, socializando a educação e cuidado dos filhos/as/es, com restaurantes, hospitais, espaços de lazer, esportes, cultura e lavanderias públicas, bem como a disposição de eletrodomésticos de última geração para agilizar a limpeza dos espaços e meios de transportes comunitários como trens, bicicletas e ciclovias com acesso a todos os territórios.

Nesse sentido é que a categoria nó ou enovelamento atende a particularidade brasileira e talvez até mundial, já que permite a entrada e saída das opressões de acordo com o movimento da história. Cabe, portanto, considerar o capitalismo não como uma expressão abstrata, uma estrutura, um sistema caótico, mas um sociometabolismo patriarcal, racista, machista, classista, LGBTQIA+fóbico. Considerando a condição das mulheres trabalhadoras não negras, como de superexploração, entre exploração e um emaranhado de opressões que, se acirram ainda mais quando falando da trabalhadora negra. Mas afinal, quais categorias analíticas contribuem para a perspectiva feminista socialista marxista?

DISCUSSÕES ACERCA DAS CATEGORIAS ANALÍTICAS E O FEMINISMO SOCIALISTA MARXISTA

A Reprodução social tem ganhado cada vez mais espaço nos debates feministas marxistas, considerada por diversas autoras, como Bhattacharya (2019), uma “teoria”. Teoria é um conjunto de ideias, regras, leis, aplicadas a áreas específicas, em geral, fruto de hipóteses, associadas ao conhecimento especulativo. É óbvio que todo conhecimento possui até certo ponto um caráter especulativo, mas a partir do processo de abstração e o retorno ao concreto pensado, ao real, a especulação, o plano das ideias, restrito ao teórico deve ser transcendido.

Considerando que a interpretação da realidade do trabalho de reprodução social e trabalho doméstico não pretende atingir um resultado a partir de um esquema metodológico imposto de fora, mas sim, captar as formas pelas características do objetivo de investigação, de forma a, fazer uma leitura dialética sensível quanto a dinâmica e estrutura do objetivo, considero que reprodução social, na verdade é uma categoria analítica de extrema relevância, que permite desnudar os usos feitos pelo capital do trabalho doméstico e reprodutivo quando gerando valor de uso, de forma não assalariada ou assalariada, mas que não se encontram no interior dos processos produtivos de geração, acumulação e circulação de valor e mais-valor, ao menos de forma direta; como também, aquele que no interior do trabalho produtivo incide indiretamente sobre o valor e o mais-valor, como as trabalhadoras da limpeza, cozinheiras, assistentes sociais na empresa.

O patriarcado, não é transhistórico, não é um sistema, notadamente, a categoria reprodução social, está para demarcar como o capitalismo se apropria do patriarcado, o transforma a sua maneira em patriarcado da miséria e, na cena neoliberal, o reformula como miséria da própria noção de patriarcado, ou miséria da razão patriarcal, irracional, neoconservadora, neofascista, ultraconservadora, em síntese, tardo capitalista.

Contudo, com exceção de Lise Vogel (2013) e Thiti Bhattacharya (2017; 2019) as demais concepções da “teoria” da reprodução social, em sua vertente defensora dos sistemas unitários, descolam a ortodoxia do método de Marx ao não evidenciar e em alguns momentos até se contrapor a existência de um sujeito revolucionário. Já a vertente autonomista, tendo Silvia Federici (2019) como expoente, pensa a reprodução social como categoria analítica distante da perspectiva marxiana, inclusive por pensar a possibilidade de ruptura com o capitalismo por comunidades não capitalistas.

A partir do feminismo materialista francófono, o termo Relações (*rapport*) social de sexo, conceito feminista materialista francófono de Kergoat (2010), que surgiu sob as influências do pós-estruturalismo e em um contexto de desilusão com o “socialismo real existente” e com o marxismo após a queda do Muro de Belim em 1989 que, para muitos foi confundindo com o suposto fim do marxismo. Incorre na falsa cisão metodológica entre superestrutura e estrutura, em prejuízo da compreensão marxiana do sociometabolismo capitalista. Contemporaneamente, o termo está muito mais atrelado ao antineoliberalismo de Juliet Falquet (2008) que, vive um contexto de “pós-estado de bem-estar social”. Tais fatos, colocam esse conceito, assim como consubstancialidade e coextensividade, bastante distantes não apenas da leitura marxiana e socialista da realidade, como da particularidade brasileira.

O que me leva a retomar os motivos que levaram Mirla Cisne, estudiosa bastante aprofundada no debate materialista francófono, a não apenas defender o uso de relação social de sexo e sexualidade, explicando tal conceito a partir do conceito de relações (*rapport*) sociais de sexo e sexualidade materialista francófono, como também a trazer o conceito para o interior da luta de classes, inferindo que a categoria trabalho é prioridade ontológica, fato este que a diferencia das feministas materialistas francófonas.

Cisne (2014; 2014b) insistia quanto a não hierarquia entre as opressões e a exploração, mas sim, a prioridade ontológica da questão de classe, como possibilidade de conciliação das demais lutas anticapitalistas. Me parece bastante coerente a análise da autora quando diz que,

Apesar de reconhecermos a multiplicidade dos sujeitos inseridos em uma mesma classe, não queremos isolá-los em suas “identidades”. Ao contrário, precisamos perceber o sujeito classe trabalhadora, em sua totalidade, o que exige desvelar suas particularidades e singularidades. A classe como determinação central não pode secundarizar os demais elementos estruturantes desse sujeito, da mesma forma que tais elementos não podem subtrair a classe. Daí nossa insistência em perceber as relações entre classe, “raça” /etnia e as “relações sociais de sexo” como uma unidade dialética que determina o sujeito totalizante: a classe trabalhadora (CISNE, 2014a, p. 30-31).

Em outros momentos de meus processos de estudo adotei tanto conceitos como relações (*rapport*) sociais de sexo e sexualidade quanto coextensividade e consubstancialidade, momentos em que defendia que o conceito “[...] busca representar a mediação das relações sociais de classes sociais com as demais relações sociais, propondo-se à inserção do debate das opressões entendidas de forma entrelaçada” (PEREIRA, 2019; PEREIRA, 2021).

Em Cisne, por um texto mais recente, a perspectiva materialista, sobressalta a proposta dialética que defendeu em textos anteriores. A autora faz uma crítica coerente a interseccionalidade, reconhecendo assim sua importância para determinadas lutas das mulheres

negras norte americanas, mas acredita que a consubstancialidade e coextensividade correspondam melhor ao materialismo histórico dialético, de acordo com Cisne: “[...] tanto por não compreender as relações sociais estruturantes (sexo, raça e classe) em uma perspectiva geométrica, como por considera-las de forma indissociável” (CISNE, 2011, p.5-6).

Nas palavras de Cisne,

A escolha dessas três relações não é aleatória, tampouco, desconsidera a existência de outros *marcadores sociais* em termos de diferenças sociais, a exemplo de *geração e religião*. Todavia, as desigualdades sociais, permeadas por grupos/classes antagônicos que estabelecem exploração de um sobre outro, necessariamente, são entrelaçadas por classe, sexo e raça, posto que são relações atravessadas pela divisão e exploração do trabalho (CISNE, 2017, p. 6, grifos meus).

Se, no passado, as feministas materialistas francófonas criaram classe de homens contra classe de mulheres, e um sistema patriarcal diverso do sistema capitalista e transhistórico, atualmente, há um triplo sistema nessa estrutura, o sistema racial, que pela linha materialista francófona seria a classe de brancos contra a classe dos não brancos, no caso Francês, de imigrantes negros, árabes, muçulmanos.

O próprio movimento dialético da história refuta tal definição restritiva entre marcadores sociais e opressões estruturantes. Considere o exemplo mais recente que enovela religião, o racismo contra negros e imigrantes, assim como o patriarcado, o sexismo, o imperialismo e o neocolonialismo, no caso falo da invasão do Afeganistão em 2001 pelos país da “luz” nacionalista hollywoodiana, os EUA do norte, sob a presidência de George W. Bush Filho. Em 2001, Lara Busch, primeira dama, ex-professora e ex-bibliotecária até discursou para referendar a invasão e, no jornal Estadão do Brasil, ela aparece como “mais liberal que o marido” (AGENCIA ESTADO, 2001, online)¹.

Pela forma como a postura da ex- primeira dama foi exaltada até parece que ela foi ao Afeganistão, que lutou junto aos exércitos por essas mulheres. Toda a invasão foi matematicamente calculada, inclusive, estimava-se que os gastos girariam em torno de 2 trilhões de dólares em 20 anos de guerra, hoje, alguns estudos citados por Joe Biden em discurso indicam que o gasto pode ter sido menor, cerca de 1 trilhão de dólares, mas ainda assim, parece que deixou de compensar tal pagamento pelo povo americano² (BIDEN *apud* BENTO, 2021, online)³.

Esse governo que, conta ainda com uma vice-presidente mulher e negra, a Sra. Kamala Harris, promoveu uma das maiores atrocidades do século XXI ao retirarem suas tropas sem nenhuma organização junto a população, deixaram o povo Afegão, principalmente as afegãs

mais progressistas, servidas em uma bandeja de ouro a ser retomada pelo Talibã que, prontamente, no dia seguinte, já havia retomado o poder político do país, porque econômico não se pode dizer que deixaram de ter, ou melhor, de dividir com os norte-americanos.

As mulheres, meninas e moças foram retiradas abruptamente das escolas, e retornam a política do véu. Mas não sem apresentarem resistência, ainda que sob forte repressão, no dia 04 de setembro de 2021, mulheres afegãs protestaram por um lugar no governo talibã e pelo direito de trabalhar e estudar, por outro lado, sem nenhuma repressão em 12 de setembro de 2021, mulheres vinculadas a escolas religiosas (as madrassas) saíram em defesa em Cabul no Emirado Islâmico e protestaram contra a influência ocidental e, aprovavam o fato de não ter sido permitido nenhuma mulher nos altos cargos do governo (BENTO, 2021, online).

A partir desse exemplo, questiono, existem opressões determinantes de forma universal e outros marcadores? Ou existem aspectos universais e singulares que, na síntese particular expressam de forma enovelada a particularidade de cada país, região ou território?

Em primeiro lugar, me parece imprescindível inferir junto a Wood, por uma análise feita em meados de 2003 na primeira edição do livro,

Estou convencida, por exemplo, de que o capitalismo não é capaz de garantir a paz mundial. [...] parece axiomático que a lógica expansionista, competitiva e exploradora da acumulação capitalista no contexto do sistema nação-Estado deve, mais cedo ou mais tarde, se desestabilizar, e que o capitalismo [...] continuará a ser no futuro previsível, a maior ameaça à paz mundial (WOOD, 2011, p. 228).

A partir dessa análise é que discordo em utilizar estruturas engessadas, diferenciando ideologias opressoras entre determinantes e marcadores sociais, considerando a diversidade de formas opressoras que já foram e que podem vir a ser utilizadas pelo capitalismo para oprimir.

A crítica ao feminismo materialista também não pode deixar passar a questão da consideração da geracionalidade como não determinante. No Brasil que vivo a mulher é oprimida, a trabalhadora não-negra é explorada e oprimida, mas a mulher trabalhadora negra é superexplorada e oprimida.

Segundo dados da PNADC⁴, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente ao 2º trimestre de 2020, as mulheres representavam 53% da população economicamente ativa (14 anos ou mais). Neste mesmo período, 39,4% estavam ocupadas. Comprovando a desigualdade de acesso e permanência no mercado de trabalho em relação aos homens que representaram 47% da população economicamente ativa, e que destes, 57,6% estavam ocupados no mesmo período. A taxa de desocupação dos homens neste período foi de 12% e das mulheres de 14,9%, em relação ao total de 13,3% Nos casos das famílias de

mães com filhos, o desemprego atinge 10,2% das mulheres, o dobro dos homens na mesma condição.

Entre as mulheres trabalhadoras as mulheres negras são as mais atingidas devido ao racismo estrutural constitutivo na divisão social-sexual- racial do trabalho no Brasil. De acordo com dados do IPEA⁵, o desemprego é 50% maior, considerando que a cada 1 ponto percentual (pp) a mais na taxa de desemprego, as mulheres negras são atingidas por um aumento aproximado de 1,5 pp, enquanto as mulheres brancas sofrem o aumento de 1,3 pp.

No que tange a aposentadoria, a contrarreforma orquestrada pelo governo Bolsonaro atingiu marcadamente a vida das idosas, já que a aposentadoria feminina por idade foi de 60 para 62 anos, devendo esta ter contribuído no mínimo 15 anos. O acesso a 100% do valor da aposentadoria será apenas para aquelas que além de terem 62 anos, tenham contribuído por 40 anos.

A mulher idosa negra trabalhadora que chega hoje aos seus 60 anos, que agora deverá completar 62, ainda que nas “melhores” condições da “democracia política” ofertadas para ela, morando em uma residência bastante simples e de infra-estrutura arriscada em alguma ocupação, ou endividada por programas de habitação, ou pagando aluguéis com sua aposentadoria, ou em casas cedidas, essa opressão é tão enovelada que não pode ser hierarquizada.

Essas mulheres negras idosas, em geral estão sozinhas ou contam com filhos e parentes, tem suas necessidades de saúde bastante descuidadas devido à má alimentação, também à demora para agendamento de consultas e exames no SUS e a falta de recursos para pagar um plano de saúde que, no mínimo, levaria sua aposentadoria mensalmente para fazer dela sócia dessa comunidade.

Cabe ainda citar a inúmeras condições aviltantes, perigosas a que são submetidas as crianças negras pelas insuficiências de políticas públicas e direitos sociais, combinadas em enovelamento de exploração de classe e opressão de raça/etnia.

Se consubstancialidade e coextensividade, dividem em substâncias para forjar uma nova substância que, em nenhum momento esclarece as particularidades que as compõe, já que são termos com perspectiva universalizante, carecendo de contornos, também a interseccionalidade de Crenshaw, que muitas vezes é lida como uma categoria marxista e que, é utilizada por marxistas socialistas como Angela Davis (2016), pouco avança contra as lutas anticapitalistas.

Surge pelas lutas de mulheres negras e trabalhadoras negras norte americanas como crítica ao feminismo radical ou liberal, feminismo branco e eurocêntrico, nos anos 1980,

também em crítica ao movimento negro que não se abria ao debate da condição de vida das mulheres negras e ao movimento operário que era antifeminista tanto quanto a questões das mulheres negras quanto não-negras.

Embora interseccionalidade tenha sido extremamente útil ao movimento de trabalhadoras negras norte americanas como o *Combahee River* (2019), bastou aprofundar um pouco as discussões para que ficasse nítido que, tal conceito não pode representar a síntese da multiplicidade da qual falo, principalmente por considerar que as opressões não são formas geométricas ou matemáticas a serem ou não interseccionadas, como também não entendo a exploração como ideologia, dominação, mas como relação social de produção alienada.

Nesse sentido é que retomo a categoria enovelamento em Saffioti, que para além de estar mais atrelada a perspectiva marxiana, quanto a dialeticidade do método, entende que as relações sociais de opressão e exploração estão enoveladas em um nó das contradições.

No texto de 1994 encontrei tanto elementos que tenho acordo, quanto elementos que me geraram certa estranheza, como quando Saffioti abre o posfácio, buscando conceituar gênero a partir da crítica a biologização dos debates que parecia ter sido superada na década de 80 e afirma que, “Todas as atividades humanas são mediadas pela cultura, pois é graças a este verdadeiro arsenal de signos e símbolos que aquelas atividades adquirem sentido e os seres humanos tornam-se capazes de se comunicar” (SAFFIOTI, 1994, p.271).

Desde uma postura marxiana, pelo contrário, entendo que toda as atividades humanas são a princípio, trabalho, todas elas mediadas por trabalho, como forma de interação dos indivíduos com a natureza. Tudo que envolve a atividade humana é trabalho, pois os indivíduos transformam a realidade segundo a sua necessidade e a sua maneira, no sociometabolismo capitalista, a própria indústria é resultado do desenvolvimento tecnológico e produtivo do trabalho humano, embora seja o trabalho assalariado alienado. A indústria é produto do trabalho e também é meio para realização do trabalho (MARX, 2010).

A cultura é uma expressão categórica de síntese de signos e símbolos, valores e crenças determinadas pelas relações sociais, é um arsenal que contribui para a compreensão da realidade, mas não é ela quem dá sentido e faz com que os seres humanos sejam capazes de se comunicar, mas sim, o trabalho, já que para desenvolver trabalhos em comunidade é preciso desenvolver a comunicação para explicar, definir estratégias e organizar.

Não cabe aqui fazer uma análise imanente da postura crítica de Saffioti e suas escolhas analíticas, mas me parece importante destacar que existem diversas questões das quais divirjo da autora, principalmente em seus últimos textos, embora reconheça que, por caminhos distintos, ela fez contribuições ímpares para discutir a condição de vida das mulheres

trabalhadoras brasileiras negras e não-negras. Por exemplo, quando infere que “[...] o sujeito constituído de gênero o é também em classe social e em raça/etnia. [...] em vez de ser unificado, é múltiplo, sendo mais contraditório que dividido” (SAFFIOTI, 1994, p. 273).

Em Saffioti (2015), assim como em outros textos da autora, encontra-se também uma crítica a gênero, já que, de fato, ele simbolizou um esvaziamento da luta feminista, da luta político-econômica, estando mais atrelado ao academicismo que aos movimentos sociais e feministas, já que se trata de um termo mais palatável que estudos de mulher ou estudos feministas, o que levou a gênero a ser utilizado de forma reducionista como sinônimo de estudos de mulher.

Contudo, a postura com relação a gênero/sexo, deve defender sua desconstrução e não a fragmentação e catalogação das formas de relações sociais, orientações sexuais e identidades, ou seja, é preciso desfazer o gênero, desfazer sua necessidade a partir da superação de nomenclaturas e normativas que mais afastam do que aproximam.

Tal categoria, portanto, não é necessariamente uma categoria-mediativa posta na realidade, mas é fruto do processo de abstração que se apresenta na forma de mediação entre singular e universal, se explicitando como categoria útil para compreender as diversas particularidades.

Embora gênero/sexo seja utilizado com ressalvas críticas e, que falar em relações sociais sexuais centralmente alienadas seja muito mais coerente com a perspectiva aqui adotada, fato é que, o nó, pelo menos do Brasil colônia até a contemporaneidade, “[...] formado por três contradições apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram. Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão” (SAFFIOTI, 2015, p. 122). Ao perceber a realidade é que se abre a possibilidade analítica, de modo que, as opressões e a exploração possam não ser somente as três destacadas, ou deixem de ser três ou mais e passem a ser apenas uma.

Por outro lado, quando falando da possibilidade concreta de superação do nó, partindo da socialização de recursos e acessos nas relações sociais para atingir a qualidade nas relações sociais, entende que as experiências tenham sido “gigantescos fracassos” (SAFFIOTI, 1994, p. 278). Vale aqui a crítica de que a autora pouco aprofundou em suas obras a experiência do “socialismo real existente” da União soviética. Embora tenha acabado, não foi de todo um fracasso, mas resultado da síntese daquelas relações sociais que foram possíveis naquela conjuntura e que ainda assim foram revolucionárias para o seu tempo e que deveriam servir de base para pensar políticas socioeconômicas progressistas, principalmente para as mulheres.

As contradições sociais se exprimem em um nó composto por opressões e relações sociais de exploração, opressões não são meras formas expressas culturalmente, mas ideologias, algo muito mais complexo, profundo e difícil de ser superado pois, uma mulher não é duplamente ou triplamente discriminada, não são questões quantificáveis, mas qualificáveis. Nesse sentido, concordo com Saffioti que o que importa é, “[...] analisar estas contradições na condição de fundidas ou enoveladas ou enlaçadas em um nó. Não se trata da figura do nó górdio nem apertado, mas do nó frouxo, deixando mobilidade para cada uma de suas componentes” (SAFFIOTI, 2015, p. 133, grifos meus).

A questão de classe, no nó frouxo, pode aparecer como possibilidade de unidade da classe trabalhadora por serem trabalhadoras não-negras, trabalhadoras negras, trabalhadoras e trabalhadores indígenas, ciganas/os, na terra, na indústria, nos serviços, ou em domicílio próprio, *sujeites* da classe trabalhadora.

Por consequência prefiro o uso da categoria relações sociais de sexo, ou relações de gênero, sexo/gênero, a utilizar o termo/conceito genealogicamente atrelado ao feminismo materialista francófono que fala sobre relações (*rapport*) sociais de sexo e sexualidades, assim como também não utilizo mais coextensividade e consubstancialidade.

Não por considerar que essas contradições atuem isoladamente e livremente, e sim, por elas apresentarem quando enoveladas uma dinâmica “[...] especial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade, presidida por uma lógica contraditória. [...] De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos [...]” (SAFFIOTI, 2015, p. 133).

O nó é frouxo, porque é uma categoria que busca sintetizar a multiplicidade das relações sociais embebidas por determinações, embora a autora fale em estrutura, superestrutura, rompe com a lógica do pós-estruturalismo e funcionalismo, ao colocar que não há nada fixo e imutável enquanto estrutura do capital, que em cada país terá particularidades diversas, portanto, é uma categoria válida para a leitura do real enquanto síntese de múltiplas determinações, unidade do diverso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ortodoxia no método marxiano – não dogmática – implica, por exemplo, ressaltar a brilhante análise de Renata Gonçalves acerca da condição nó brasileiro, infiro junto a Gonçalves (2018) que no Brasil a questão étnico-racial é o nó da “questão social”. Em outras palavras,

entendo que não há relação social no Brasil que não esteja de alguma forma tocada pela questão étnico-racial, principalmente quando falamos do mito da democracia racial.

Aqui a desigualdade social teve por base na acumulação capitalista originária a exploração da força de trabalho de corpos de mulheres e homens sequestrados de África e aqui escravizados, classe trabalhadora essa que na condição de trabalhadoras/es “livres” alienados, já se inicia relegada ao limbo, ao “não lugar” de superpopulação relativa estagnada, pois, nem mesmo puderam entrar na disputa por empregos com os imigrantes por ser da “cor da pele errada”; mulheres e homens ex-escravizadas/os que quando inseridos no mercado de trabalho, entram como primeiro precariado da classe trabalhadora brasileira, por isso, a raça/etnia é o nó no Brasil.

Diferente, das políticas sociais criticadas na Prússia por Marx, ou das Políticas sociais inglesas que, ora culpabilizavam o povo pela pobreza, ora a gestão pública, ora o assistencialismo e a caridade, aqui, culpavam e culpam a classe trabalhadora latente e estagnada desde a abolição em 1888 pelo *defeito de cor*, envolvendo as mais grotescas justificativas, conforme sinalizei, darwinistas sociais, eugênicas, higienistas.

Nesse enovelamento, também as relações sociais de sexo são centralmente alienadas, e a classe trabalhadora explorada, superexplorada e oprimida é meio de unidade por centralidade ontológica, por isso aqui, superar o mito da democracia racial é tão importante para a construção da unidade de luta quanto as ideologias da inferiorização da mulher, já que, aqui discutir a questão da mulher, implica discutir em grande medida a condição da mulher negra e sua relação com a mulher não negra e a unidade enquanto classe trabalhadora junto aos homens negros e não-negros e demais sujeitos sob o mesmo horizonte de luta.

CITAÇÕES E REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. O que é a teoria da reprodução social? Originalmente publicado em 10 set. 2013 no periódico **Socialist Worker**. Tradução para o português publicada na Revista Outubro, n.32, 1º semestre, 2019.

CISNE, M. Por um feminismo antirracista e anticapitalista: o debate entre interseccionalidade e consubstancialidade-coextensividade das relações sociais de sexo, raça/etnia e classe.

Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13 Women’s Worlds Congress. Anais eletrônicos, Florianópolis, 2017.

- _____. Relações sociais de sexo, “raça” /etnia e classe: uma análise feminista-materialista. In: **Temporalis**. Brasília (DF), ano 14, n. 28, pp. 133-149, jul./dez. 2014a.
- _____. Feminismo e consciência de classe no Brasil. São Paulo: Cortez, 2014b.
- COLETIVO COMBAHEE RIVER. Tradução: Manifesto do Coletivo Combahee River. **Revista Plural, Revista de Ciências Social**. Dossiê Gênero em perspectiva interseccional. USP, v.26, n.1, 2019, pp. 197-207. Disponível em: <
<https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/159864>>. Acesso em 16 out. 2021.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ENGELS, F. **Anti-düring** [recurso eletrônico]: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Düring. São Paulo: Boitempo, 2016.
- _____. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- FALQUET, J.F. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. Tradução de Renata Gonçalves; revisão de Sávio Cavalcante. Artigo publicado em francês In: DORLIN, E. (Org.). **Sexe, classe, race**. Pour une épistémologie de la domination. Paris: PUF, 2008.
- FEDERICI, S. Notas sobre gênero em O Capital de Marx. In: MOVIMENTO ESQUERDA SOCIALISTA. **Movimento**: crítica, teoria e ação. Ano 4, v. 1, n. 11-12, Porto Alegre: Movimento, 2019.
- GOLDMAN, W. **Mulher, Estado e revolução**: política familiar e vida social soviética, 1917-1936. São Paulo: Boitempo: Iskra Edições, 2014.
- GONÇALVES, R. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Revista Katályllis**, Florianópolis, v.21, n.3, set./dez. 2018. Serviço Social: gênero, raça/etnia, gerações e sexualidade, 2018, pp. 514 – 522.
- KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al. (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. pp.67-71. 2010.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social, 2**. [recurso eletrônico]. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, K. ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 11ª edição – São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição.** São Paulo: Boitempo, 2011.

PEREIRA, A.A. A imbricação das relações sociais de classe, sexo, “raça”/etnia e LGBTQIA+: debates necessários acerca das lutas anticapitalistas. In: **Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos.** São Paulo: EDUC, Série Serviço Social – 50 PPG em Serviço Social PUCSP, CAPES, 2021.

_____. As relações sociais sexuais são centralmente alienadas: contribuições para o debate. In: **Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.** Realizado em 30 de outubro a 3 de novembro de 2019. Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”, Brasília (DF, Brasil), 2019.

SAFFIOTI, H.I.B. **Gênero patriarcado violência.** 2ª.ed., São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

_____. Posfácio: conceituando o gênero. In: SAFFIOTI, H.I.B., VARGAS, M.M. **Mulher brasileira é assim.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS; Brasília, D.F.: UNICEF, 1994.

VOGEL, L. **Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory.** Chicago, IL: Haymarket Books, 2013.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico.** São Paulo: Boitempo, 2011.

¹ AGENCIA ESTADO. Laura Bush vai à luta pelas mulheres afegãs. *Estadão*, 19 nov. 2001. Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,laura-bush-vai-a-luta-pelas-mulheres-afegas,20011119p29161>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

² A reprodução do discurso em inglês em vídeo pode ser acessada em: DEMOCRACY NOW! Biden defends ending “Forever war” in Afghanistan & criticizes using war as tool for nation-building. 01 set. 2021. Disponível em: <https://www.democracynow.org/2021/9/1/biden_afghanistan>. Acesso em 11 nov. 2021. Uma análise progressista e de crítica, mais profunda da questão já é possível encontrar em: BENTO, B. Da guerra no Afeganistão à guerra feminista. *Blog da Boitempo*. 12 out. 2021. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2021/10/12/da-guerra-no-afeganistao-a-guerra-feminista/>>. Acesso em: 28 out. 2021.; GONÇALVES, B.A. Feminismos pós-coloniais e a crise afegã: o retorno à política do véu e o orientalismo gendrado. *Blog da Boitempo*. 18 out. 2021. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2021/10/18/feminismos-pos-coloniais-e-a-crise-afega-o-retorno-a-politica-do-veu-e-o-orientalismo-gendrado/>>. Acesso em 28 out. 2021.

³ Idem.

⁴ PNADC – Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio Contínua. 2º trimestre de 2020. Abr.-Jul. 2020. Publicado em: 28 Ago. 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2020_2tri.pdf>. Acesso em: 21 Out. 2020.

⁵ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Mercado de trabalho: conjuntura e análise. Ministério do Trabalho. – v.1, n.0, (mar.1996). Brasília: Ipea: Ministério do Trabalho, 1996- Irregular (de 1996-2008); Trimestral (de 2009-2012); Semestral (a partir de 2013), 2018.